

Trabalho apresentado no 22º CBCENF

Título: A institucionalização do parto: medicalização ou humanização?
Relatoria: GISELE CRISTINA PINHEIRO
Autores: Maria Gabriela Cordeiro Zago
Patricia Louise Rodrigues Varela
Modalidade: Comunicação coordenada
Área: Tecnologias, Pesquisa, Cuidado e Cidadania
Tipo: Pesquisa
Resumo:

Introdução: Várias modificações vêm ocorrendo no Brasil para com os partos, desde século XX, passando de um parto domiciliar para um parto controlado. Com isso, este procedimento tornou-se mais medicalizado. Independentemente da situação socioeconômica ou da real necessidade de algumas intervenções, a medicalização vem sendo cada vez mais utilizada de forma generalizada, iniciando na assistência até o trabalho de parto. O Brasil vive uma epidemia de cesárias (56%), realizadas em hospitais públicos e privados, mas a Organização Mundial da Saúde preconiza que 15% dos partos sejam cirúrgicos. Cabe ressaltar que as diversas formas de intervenções na hora do parto que estão sendo realizadas na assistência, não são autorizadas pela OMS, sendo fundamental uma reavaliação na rede pública para minimizar o índice de mortalidade materna e fetal. Assim sendo, este trabalho tem a finalidade de enfatizar a prevalência de intervenções desnecessárias que ocorrem diante a humanização e a medicalização no trabalho de parto e parto. **Objetivo:** Analisar a prevalência das intervenções associadas à humanização e a medicalização durante o trabalho de parto e parto. **Metodologia:** Estudo transversal, descritivo-exploratório, com 323 puérperas que realizaram seu parto em um hospital de referência no noroeste do Paraná. A coleta foi realizada através de um questionário semiestruturado de julho a setembro de 2018. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética e pesquisa em seres humanos da Universidade Estadual do Paraná, sob o parecer 2.797.511. **Resultados:** Foram entrevistadas, 323 puérperas, destas 72,75% (235) submeteram-se ao parto cesáreo e 27,24% (88) ao parto vaginal. Quanto às intervenções realizadas durante o trabalho de parto normal, 68,2% das mulheres foram submetidas à utilização de ocitocina. A episiotomia foi realizada em 52,3%, segundo o Ministério da Saúde está pratica deve ser extinta, visto que causa prejuízo à mulher, e deve somente ser realizada se houver sofrimento fetal. A posição de litotomia foi verificada em 94,3%. A Organização Mundial de Saúde ressalta que a mulher deve permanecer na posição que melhor lhe agrada, sendo que a posição mais indicada é a verticalizada. **Conclusão:** Este estudo teve como finalidade, auxiliar o desenvolvimento de enfermagem em relação à saúde das gestantes e puérperas considerando a quantidade das intervenções no momento do trabalho de parto.